

A Máscara do Real - Crítica a Jost¹

Fran Elejabarrieta

(Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)

O artigo de Jost tem a coragem de sugerir problemas complexos e importantes sobre conhecimento e é feito sob uma proposta simples: “amadores deveriam estar mais propensos a serem realistas ontológicos sobre as entidades teóricas que os cientistas profissionais”. Esta proposta poderia ser abordada desde uma perspectiva epistemológica até uma perspectiva quase empírica, semelhante à adotada pelo autor. Além disso, dentro do âmbito das abordagens alternativas, alguns tópicos ou debates tradicionais deveriam emergir, como a posição realista crítica do conhecimento científico em oposição ao idealismo ou em oposição ao construtivismo, a relação entre conhecimento do senso comum e conhecimento científico, ou ainda, os mais recentes como, o *status* ontológico da noção de uma representação social. Apesar disso, na discussão de Jost, alguns aspectos são habilmente evitados e alguns outros contribuem para, e provocam, o debate.

Neste debate, gostaria de lidar com aqueles aspectos evitados e/ou problemáticos: 1) examinar alguns aspectos da relação entre ciência e senso comum, e a posição das representações sociais; e 2) lidar com a noção da representação social relacionada a várias posições e opções considerando o conhecimento científico, especialmente nas ciências sociais.

ENTRE CIÊNCIA E SENSO COMUM

Existem diferentes escolas do pensamento e existem discursos diferentes: religioso, do cotidiano, científico... Cada um tem suas características, suas implicações e seus sistemas de proteção. Por exemplo, Deconchy (1980) demonstrou com perícia que proteger um sistema de conhecimento baseado na ortodoxia - como o conhecimento religioso - de suas contradições com o conhecimento científico, a regulação social e o controle intergrupar, são utilizadas. Do mesmo modo, no conhecimento científico, a busca pela diferenciação do senso comum parece ser endógena à sua produção. A relação entre esses sistemas de conhecimento e o senso comum é muito mais problemática; entre outras coisas, porque mesmo que nós nos coloquemos em um nível religioso, científico ou outro qualquer do discurso, o conhecimento do dia a dia é inevitável. Nós todos estávamos acostumados a escrever com uma caneta e mais recentemente usamos computadores. Este ponto, especialmente, refere-se ao humano e às ciências sociais, e ao dilema do sujeito e objeto.

Nessa fenda, entre ciência e senso comum, também emerge o interesse em analisar suas influências e conexões. Primeiro, há duas perspectivas: como o conhecimento diário inevitável e prático tem uma influência na produção do conhecimento científico, e vice-versa, como o conhecimento científico influencia e se torna senso comum. Penso, de fato, que seja interessante aqui caracterizar brevemente

¹ Ongoing Production on Social Representations – Productions Vives sur les Représentations Sociales, vol. 1(2-3), 130-136, 1992. Tradução para uso escolar por Claudia Helena Alvarenga, Fevereiro de 2011.

ambas as perspectivas de modo que possamos enxergar a posição das representações sociais.

A primeira perspectiva foi originalmente estudada nas ciências sociais por Schutz (1962, 1966) como um problema na sociologia do conhecimento, mas sua iniciativa não teve muitos seguidores. Os trabalhos de Foucault (1975, 1976) na constituição dos sistemas de pensamento e instituições sociais também podem ser analisados pela mesma via, para finalmente chegar ao que é sugerido por Laudan (1977) e outros. Jost, entre eles. Mas afora estas contribuições, os trabalhos são raros, embora sua necessidade, mesmo em psicologia social, (Michael, 1989) seja frequentemente defendida, como Jost o faz. Nós não incluiremos aqui os trabalhos da sociologia da ciência (Merton, 1973; Zuckerman, 1988) uma vez que seu objetivo é estudar as condições sociais, os processos e as consequências da produção do conhecimento científico. Nem incluiremos tópicos epistemológicos do tipo sociológico e psicológico como formulado por Kuhn (1970) ou Feyerabend (1975), por exemplo, uma vez que seu objetivo é a análise do *status* do conhecimento científico e de sua produção, embora levem em consideração aspectos sociológicos implícitos ou adotem atitudes extremamente construtivistas (Latour, 1987; Knorr-Cetina, 1981).

Tradicionalmente, a segunda perspectiva foi estudada mais continuamente e frutiferamente, pelo menos, com relação à quantidade de trabalhos. Por um lado, a sociologia da ciência está interessada nos efeitos que a ciência provoca na sociedade; por outro lado, uma das áreas de aplicação da teoria das representações sociais é a análise da propagação e da transformação do conhecimento em senso comum, entre os quais o conhecimento científico (Jodelet, 1984, 1989). É nesta área de aplicação que a noção e que a primeira teorização das representações sociais aparece (Moscovici, 1961/76), e é também onde o trabalho de Jost se situa.

Os trabalhos mais recentes de Moscovici & Hewstone (1983, 1984) sobre este tópico tentam sistematizar os processos implícitos na transformação e na reciclagem do conhecimento científico em conhecimento diário: personificação, figuração e ontologização. Embora os conteúdos do trabalho de Jost se refiram somente aos últimos desses processos, generalizados como objetivação, a personificação é também digna de ser comentada.

Em alguns trabalhos que lidam com a teoria das representações sociais, especialmente em alguns mais críticos, não é usual encontrar expressões, tais como... “a teoria das representações sociais de Moscovici”. Penso que temos que reconhecer a grande contribuição de Moscovici como precursor e instigador mais inovador desta teoria, assim como de outros campos importantes da psicologia social (influência social, decisões grupais etc....), e também sua grande defesa da teorização da psicologia social. Entretanto, penso que essa associação entre a teoria e a pessoa contribui pouco para a evolução da teoria, e não reconhece a importância científica do trabalho de Moscovici. Do meu ponto de vista, o melhor reconhecimento escrito que pode ser dado a ele, como uma pessoa, é defender o desenvolvimento da teoria evitando uma personificação desnecessária, a menos que se queira recorrer a um tipo de psicologia do conhecimento científico e atribuições internas.

Retornemos aos conteúdos. O uso da teoria das representações sociais (TRS) para analisar a transformação do conhecimento científico em senso comum é considerada como parte da aplicação desta teoria. Argumenta-se que o processo de objetivação transforma conceitos em imagens e teorias em representações, que se tornam realidade social (Moscovici & Hewstone, 1983, 1984). Essas representações são o que,

finalmente, enxergamos, o que ouvimos e sobre o que falamos. Do mesmo modo que amor, paz e infância são construções sociais de um conhecimento partilhado, o tema social e cérebro se tornam “coisas” que existem e sobre as quais conversamos. Assim, é possível identificar os processos de construção das representações dos objetos - cuja origem é encontrada na produção do conhecimento científico - com a representação dos objetos cuja origem se situa dentro da dinâmica social. Penso que essa identificação é problemática devido a duas razões muito diferentes: a existência de uma referência objetiva e a mediação tecnológica.

1) Quando estudamos a representação social de um objeto, não temos à nossa disposição nenhuma referência objetiva inicial que nos permita estabelecer um deflagrador da representação. A origem da representação social pode ser localizada em problemas práticos que desencadeiam a dinâmica social defronte a determinados objetos. O interesse não é estabelecer algum tipo de correspondência entre o objeto social representado e uma possível referência objetiva. Por exemplo, o amor “é” uma mistura de significados e imagens que nós atribuímos a esta palavra. Em nosso cotidiano, nós “vemos” o amor entre casais ou entre pais e filhos, e a análise da representação social do amor é a análise de como este se compõe, no que implica e para quem esta coisa, que em nossa cultura consideramos ser o amor, é. Assim, o que o amor representa é o que é socialmente representado como amor. Nenhuma referência objetiva existe, que nos permita estabelecer alguma comparação com o amor. Quando estamos ocupados com objetos materiais, o problema permanece o mesmo porque mesmo tendo um ponto de referência, este ponto de referência não é objetivo.

Não podemos dizer o mesmo das representações sociais de objetos advindos da produção do conhecimento científico. A representação social da relatividade, por exemplo, “é” relatividade, presumindo que haja uma representação de relatividade. Entretanto, fugir da comparação com a teoria física da relatividade é extremamente difícil. Na transformação do conhecimento científico em conhecimento do senso comum, é difícil evitar a comparação entre o objeto original, o científico e o seu produto social, que é a representação. Esta comparação, que em outros campos das representações sociais é absurdo, conduz, às vezes, a considerar estas representações como reproduções distorcidas do objeto original. É verdade que Moscovici e Hewstone (1983, 1984) nos avisam deste perigo, mas o ponto central é: É possível evitá-las? Se for, como?

Se olharmos para este ponto, em termos de objeto científico versus objeto social, acredito que até o momento não temos métodos para evitar esta comparação. Embora não pensemos que o objeto no plano científico devesse ser comparado com o objeto representado mais tarde, e embora nossa preocupação seja saber como a representação de um objeto científico específico é gerado e do que é feito, independentemente de como o conhecimento científico o descreve, encontramos-nos no ponto em que começamos. Esta comparação não seria importante se não afetasse as possibilidades de permanecer no campo conceitual da teoria. Mas nós mal podemos mantê-la no campo da teoria.

De fato, se sustentarmos que as representações são tanto construtivas quanto reconstrutivas dos objetos, então - em termos sociais - a física não é o que o conhecimento dos físicos, propriamente dito, diz sobre a física, mas a representação social da física. Além disso, esta representação não pode ser comparada ao objeto do conhecimento científico que define a física em si. Seus arranjos de produção e *performance* são radicalmente diferentes e, portanto, incomparáveis. O fato de que o objeto científico precede o objeto representado e, portanto, é sua “razão de ser” não justifica sua comparabilidade. Poderíamos afirmar, da mesma maneira, que o objeto de

referência da atual representação de amor deveria ser o amor romântico do século XIX? Por outro lado, ao comparar o objeto social com o objeto científico, e não vice-versa, introduzimos critério de valor e verdade que destrói um foco típico da TRS.

Assim, de uma perspectiva da TRS, não faz sentido comparar as proposições usadas pelos físicos e amadores sobre física, embora empiricamente poderia ser possível. Não estamos ocupados aqui com as mesmas proposições - embora metodologicamente possamos projetar um artifício que poderia retratar ambas - nem as mesmas condições de produção, nem o mesmo sistema de conhecimento. Então, como saberemos o que estamos comparando?

Não pretendo sustentar que o estudo da transformação do conhecimento científico em senso comum possa ser tomado apenas por meio do campo da TRS. Acredito que seja necessário modificar uma abordagem que considera o objeto científico como ponto de referência de comparação. Comparar dois produtos construídos em sistemas diferentes de conhecimento não é simplesmente a comparação dos produtos. É a comparação entre sistemas de pensamento, e isto está além da aplicação das TRS. Analisar a propagação, a transformação e a geração destas representações dos objetos que podem, primeiramente, ser encontrados na ciência é realmente o campo da TRS. Então, o objeto científico não é o objeto de nossa análise, mas um acidente produzido fora de nossa esfera de influência.

2) Mediação Tecnológica. “É o conhecimento científico que se propaga e se transforma socialmente em senso comum?” Eu tenho a impressão que é a tecnologia mais que o conhecimento científico que invade a sociedade. Se não fosse para aplicação tecnológica, o valor social da ciência, e a estranheza e a curiosidade que provocam, seriam bem menores. Como Wittgenstein disse sobre a poesia, poderíamos dizer que, socialmente, um discurso científico sem tecnologia, seria uma linguagem ‘de férias’.

“Quem estaria interessado em conhecimento científico se não tivesse alguma aplicação?” Parece que os jornais, revistas, televisão etc. espalham conhecimento científico. Na realidade, grande parte desta divulgação é tecnologia. Na nossa sociedade, a ciência nos diz a verdade sem dizer o que é verdadeiro. A tecnologia pressupõe isto e este é o motivo pelo qual a ciência alcança valor social.

Se o nosso interesse é na transformação social do conhecimento científico, o objetivo da análise deveria repousar mais na direção da tecnologia que na direção do conhecimento científico, propriamente dito. O trabalho de Grize et al. (1987) é um bom exemplo empírico deste interesse. Por outro lado, os trabalhos de Schiele (1983), e Schiele & Jacobi (1988), apontam na direção de uma análise da transformação-propagação do conhecimento científico, que estuda como a ciência é apresentada e divulgada em museus, para dar um exemplo. Isto é para dizer como estas são transformadas socialmente, o que me parece excessivamente sugestivo, e o que é uma alternativa muito interessante de resolver o problema de como dispensar o objeto científico e estudar os processos sociais de sua transformação.

OS REALISTAS E SUAS MÁSCARAS

De acordo com Jost, a definição de Greenwood (1989) para realismo ontológico é “quase sinônimo” do processo de objetivação descrito por Moscovici (1961/76, 1981, 1984). Portanto, se a TRS está correta, amadores deveriam ser mais realistas ontológicos que os cientistas por direito próprio. Acredito que esta hipótese e suas derivações implicam em dois problemas: 1) O que consideramos ser realismo ontológico e 2) a

prova prática. O primeiro problema se refere às hipóteses I, II, III e IV sugeridas por Jost. O segundo, à hipótese V.

Greenwood (1992) recentemente sugeriu que as alternativas epistemológicas em psicologia seriam: empirismo, realismo e construtivismo social. Esta classificação pareceria ser apropriada, embora na caracterização de cada alternativa, elementos diferentes devessem ser considerados. Empirismo, a que chamaríamos instrumentalismo, é uma disposição prática em consideração às teorias, e sua diferença para o realismo ou para o construtivismo social é basicamente epistemológica. Como uma disposição prática é uma posição muito homogênea. Em psicologia provavelmente muitas pesquisas são realizadas a partir de uma posição instrumentalista em que os dados empíricos é que são importantes e representam a única verdade. O construtivismo radical (Gergen, 1985, Ibañez, 1991) também pode ser considerado uma posição relativamente homogênea. O mesmo não pode ser dito para o realismo, que como uma posição epistemológica, é mais heterogêneo. O realismo crítico de Bashkar (1978, 1989), por exemplo, difere consideravelmente do realismo de Popper (Newton-Smith, 1981) ou de um realismo ingênuo (Chalmers, 1976; Maze, 1991).

Aqui iremos tomar a posição realista que mais se aproxima da psicologia social (Bhaskar, 1989; Greenwood, 1992; Harré, 1986; Manicas e Secord, 1983). Como Shotter (1992) sugere, estes autores subscreveriam a proposta de que o conhecimento é construído historicamente e socialmente. Uma perspectiva realista não se opõe a esta proposta, e a proposta não nos obriga a aceitar uma posição construtivista. As diferenças entre realismo e construtivismo são menos epistemológicas que ontológicas, e acima de tudo, elas se confrontam na possibilidade da verdade e na independência das teorias, da realidade. De fato, é a relação da teoria com a realidade onde ambas as alternativas podem ser diferenciadas. Não se argumentou que a realidade social é uma realidade construída socialmente, a discordância está na possibilidade de definir teorias verdadeiras que explicam esta realidade. A TRS não é aceitável para o construtivismo porque aspira exatamente isto, ser uma teoria científica sobre a construção do conhecimento do senso comum.

Uma posição epistemologicamente realista não se opõe a TRS. Entretanto, Jost sugere que se aceitamos TRS, então, cientificamente, não podemos adotar uma posição realista. O problema principal é não encontrar-se nem no realismo epistemológico nem no realismo ontológico, mas no uso que Jost faz do fisicalismo como se fosse realismo ontológico.

De fato, a hipótese de Jost está baseada mais em fisicalismo que em uma atitude epistemologicamente realista. Não há necessidade de que uma posição realista assuma “a realidade física de constructos teóricos” (hipótese I, e como desdobramento, hipóteses II e III). Isto é mais fisicalismo que realismo ontológico. O realismo considera a existência de objetos que são independentes dos conceitos teóricos, que são usados para descrevê-los. Entretanto, estes objetos não necessariamente têm que ser físicos, eles podem ser também psicológicos e sociais (Greenwood, 1992). Tendo isto em mente, não acredito que seja possível identificar o processo de objetivação com o realismo ontológico. O processo de objetivação refere-se à transformação, seleção, e configuração do conhecimento rotineiro negociado na realidade social. Resumindo, o conceito de objetivação lida com o estabelecimento de uma descrição que relaciona uma série de fenômenos a tais entidades relativas as quais nós podemos, ou não, manter uma posição epistemologicamente realista. O mesmo pode, provavelmente, ser feito pelos físicos com o assunto ou com o efeito túnel.

O segundo ponto importante que a hipótese de Jost sugere para mim, é que a hipótese V pode estar correta, mas por razões diferentes das que ele apresenta. É muito provável que os cientistas sejam mais céticos sobre suas teorias que os amadores a respeito do conhecimento científico. Igualmente, é muito provável que este último grupo perceba um maior consenso, certeza e progresso que o admitido pelos cientistas. Entretanto, é duvidoso que isto seja decorrente de uma identificação entre realismo e objetivação.

Em minha opinião, o ceticismo dos cientistas é uma consequência de colocar em prática uma atitude instrumentalista, ignorada pelos próprios cientistas. Muitos dos cientistas que trabalham em seus laboratórios não estão ocupados com assuntos epistemológicos. A hiperespecialização da ciência levou o trabalho científico a se tornar uma tarefa de refinamento em que as digressões “filosóficas” não têm espaço. Por sua parte, a distribuição social da ciência, independente da posição epistemológica que adotamos, enquadra-se no slogan “quanto mais você publica, mais você é valorizado”. Provavelmente são estes dois fenômenos que levam a comunidade científica a sustentar uma posição instrumentalista. Entretanto, isto não é decorrente da adoção de uma posição que considera o conhecimento científico, mas de uma forma específica de trabalho científico.

Aliás, cientistas não são “relativistas” por convicção, como instrumentalistas por condição. Além disso, seria esta condição instrumentalista, independente dos aspectos epistemológicos, que levaria ao relativismo. De fato, certos testes apresentados por estudantes universitários nos anos finais de seus estudos sugeriram que suas posições epistemológicas poderiam ser caracterizadas como pré-Galileanas. Se este foi o caso para estudantes universitários de ciência, como poderíamos denominar a epistemologia do senso comum?

REFERÊNCIAS

- Bhaskar, R. (1978). *A Realist Theory of Science*. Brighton: Harvester.
- Bhaskar, R. (1989). *Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy*. London: Verso.
- Chalmers, A.F. (1976). *What is this thing called science?*. Queensland: University of Queensland Press.
- Deconchy, J.P. (1980). *Ortodoxie religieuse et sciences humaines*. The Hague: Mouton
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et Punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité. 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Gergen, K.J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*, 40(3): 266 – 275.
- Greenwood, J.D. (1992). *Explanation and experiment in social psychological science*. New York: Springer.
- Greenwood, J.D. (1992). Realism, Empiricism and Social Constructionism. *Theory & Psychology*, 2(2): 131 – 151.
- Grize, J.B. et al (1987). *Salaries face aux nouvelles technologies*. Paris. Editions du CNRS.
- Harré, R. (1986). *Varieties of realism*. Oxford: Blackwell.
- Ibañez, T. (1991). Social Psychology and the Rethoric of Truth. *Theory & Psychology*, 1(2): 187 – 201.
- Jodelet, D. (1984). *Représentation sociale: phénomènes, concept et theorie*. In: S. Moscovici (Dir.): *Psychologie sociale*. Paris: PUF
- Jodelet, D. (1989). *Représentations sociales: une domaine en expansion*. In: D. Jodelet (Dir.): *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Khun, T. (1970). *The structure of scientific revolutions (2nd ed.)* Chicago: University of Chicago Press.
- Knorr-Cetina, K.D. (1981). *The Manufacture of Knowledge: An Essay on the Constructivist and contextual nature of science*. Oxford: Pergamon.
- Latour, B. (1987). *Science in Action*. Cambridge: Harvard University Press.
- Laudan, L. (1977). *Progress and its problems: Towards a theory of scientific growth*. Berkeley: University of California Press.
- Manicas, P. & Secord, P.F. (1983). Implications for Psychology of the New Philosophy of Science. *American Psychologist*. 28: 399 – 413.
- Maze, J.R. (1991). Representationism, Realism and the Redundancy of 'Mentalese'. *Theory & Psychology*. 1(2): 163 – 185.
- Merton, R.K. (1973). *The Sociology of Science*. Chicago: Chicago University Press.
- Michael, M. (1989). Attribution and ordinary explanation: cognitivist predilections and pragmatist alternatives. *New Ideas in Psychology*. 7(3): 231 – 243.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In: R. Farr and S. Moscovici (eds.): *Cambridge: Cambridge Univ. press*. 3 – 69.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1983). *Social Representations and Social Explanations: From the 'Naive' to the 'Amateur' scientist*. In: M. Hewstone (ed.): *Attribution Theory: Social and Functional Extensions*. Oxford: Blackwell.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1984). *De la science au sens commun*. In: S. Moscovici (dir.): *Psychologie Sociale*, 539 – 566.
- Newton – Smith, W.H. (1981). *The Rationality of Science*. Boston: Routledge.
- Schiele, B. (1983) *Les enjeux cachés de la vulgarisation scientifique*. *Communication – Information*. V(2 – 3)
- Schiele, B. & Jacobi, D. (1988). *La vulgarisation scientifique, themes de recherche*. In: Jacobi et B. Schiele, *Le procès de l'ignorance, vulgariser la science*. Seyssel: Champ – Vallon.
- Schutz, A.J. (1962). *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*. Edited by Maurice Natanson. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Schutz, A.J. (1966). *Collected Papers III: The Problem of Social Reality*. Edited by Maurice Natanson. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Shotter, J. (1992). Social Constructionism and Realism. *Theory & Psychology*. 2(2): 175 – 182.
- Zuckerman, H. (1988). The Sociology of Science. In: N.J. Smelser (ed.): *Handbook of Sociology*. Beverly Hills: Sage, 511 – 573